

MACHADO DE ASSIS: ENTRE O PRECONCEITO, A ABOLIÇÃO E A CANONIZAÇÃO*

Marli Fantini Scarpelli
(UFMG-CNPq)

RESUMO

Ao denunciar e prenunciar, pela ficção, a recorrência ao racismo – uma das piores facetas da ideologia escravagista – Machado de Assis alerta para o perigo de apagamento da afro-descendência no Brasil, visto a ameaça de ser esta abortada desde sua gênese.

PALAVRAS-CHAVE: ideologia escravagista, racismo, afro-descendência

Embora, por razões quase sempre étnicas, certa tradição crítica acusar Machado de Assis de abster-se em assumir posicionamentos relativos à política, à ética, à etnia negra, à escravidão ou à afro-descendência, não é difícil argumentar o oposto, tendo em vista os posicionamentos de Machado em muitas de suas obras, a exemplo de *Memórias póstumas de Brás Cubas* (ASSIS, 1959), romance cujo narrador se apresenta como um “defunto autor”, alertando a seus leitores que irá narrar a própria história a partir do “outro mundo”. Para tanto, ele faz da sepultura o berço por meio do qual pretende reingressar na vida, ou quiçá numa sobrevivida: “eu não sou propriamente um autor defunto, mas um defunto autor, para quem a campa foi outro berço” (ASSIS, 1959, p.415).

Desalmada reencarnação da classe dominante e escravocrata, Brás experimenta reproduzir, em sua “autobiografia póstuma”, o modelo conservador que lhe assegurou, quando ainda vivo, ócio e privilégios, não mais possíveis depois da instituição da ordem liberal. A formação acadêmica de Brás é uma evidente sátira aos filhos da classe senhorial

brasileira do XIX, que buscam as novidades teóricas e políticas na Europa, não para adotá-las em seu país de origem, mas para usá-las como instrumento de legitimação e preservação de poder político e prestígio pessoal. Atestado fulcral dessa prática é a leviandade de Brás Cubas, que, durante os oito anos de “estudos” na Europa, somente colheu “a ornamentação, a fraseologia, a casca”; e, se algo aprendeu, foi somente “liberalismo teórico e romantismo prático”. Quando este “torna-viagem” – um “acadêmico estróina, superficial, tumultuário e petulante” – regressa ao Brasil, sente, sem contrariar a conduta de seus pares, impetos de “acotovelar os outros, de influir, de gozar, de viver, – de prolongar a Universidade pela vida adiante...” (ASSIS, 1959, p.442).

O desregramento do “menino diabo”, apelido de infância, é, desde cedo, endossada pelo pai, graças a cuja proteção Brás tem a “divertida” prerrogativa de quebrar a cabeça de uma escrava que lhe nega um doce ou de fazer de Prudêncio, um pequeno escravo, sua montaria. Quando adulto e já alforriado, este, por sua vez, reproduz a prática do antigo dono, quando submete ao chicote um escravo que tomou para si, o que revela, por parte do autor representado no romance a consciência de não estarem os intelectuais e escritores, enquanto homens de seu tempo, isentos do “dever de revelar que nosso próprio povo pode estar agora cometendo crimes semelhantes contra suas vítimas” (SAID, 2005, p.53).

Dentre outros atos ignóbeis, Brás confessa que se fez deputado para facilitar as negociatas do cunhado. Este, diferentemente de Brás, que já nasceu rico, luta feroz e inescrupulosamente para enriquecer. Trata-se de um “liberal-escravocrata” que faz caridade pública e o anuncia em jornais para compensar e encobrir a violência praticada contra os escravos “fujões”, chicoteados por ele até o sangramento; que empurra Brás para a política, contando que este lhe facilite negócios escusos com a Marinha por meio da qual pode traficar armas e escravos.

O Conselheiro Aires e a abolição da escravatura

Personagem do romance *Esau e Jacó*, de 1904, o conselheiro Aires – em cujos posicionamentos filosóficos muitos críticos reconheceram o *alter ego* de Machado de Assis – regressa ao Brasil depois de representá-lo, por cerca de trinta anos, na Venezuela, onde “fora diplomata excelente” e onde se lhe aguçou a vocação de conciliar dois verbos parentes: “descobrir e encobrir” (ASSIS, 1959, p.999). O conselheiro

reaparece em *Memorial de Aires*, romance editado em 1908, ano da morte de Machado de Assis.

Porta-voz do Machado de Assis político, abolicionista, o conselheiro Aires é um raro exemplar da *intelligentsia* mestiça que, sob perspectiva estrangeira e descolado das questões locais, registra, em seu “memorial”, acontecimentos datados entre 1888 e 1889, agitado período político antecedido de pressões nacionais e internacionais para a proibição do tráfico de escravos e para a abolição da escravatura. Em meio a posições antagônicas, entre monarquista e republicanos, conservadores e liberais, o conselheiro, aparentemente isento, registra notícias da iminência da abolição, bem como a reação dos fazendeiros que, até o último momento, ameaçando o império de retirar a sustentação política, pressionam-no contra a extinção da escravidão. Não obstante, as tensões desembocam, como se sabe, na assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, que extingue a escravidão no Brasil. Porém, o fim da escravatura não assegura a melhoria da condição social e econômica dos ex-escravos cuja simples emancipação jurídica não mudará sua condição subalterna, muito menos ajudando a promover sua cidadania ou ascensão social.

Como já o fizera em outras obras, Machado de Assis introduz, no romance *Memorial de Aires*, discussões sobre esse caráter falacioso da abolição da escravatura, desvelando-se, por trás dele, mal encoberta, a dialética do senhor e do escravo. Tais discussões encarnam-se, segundo Aires, na resistência provinciana dos “barões” nordestinos em relação à nova ordem liberal, cuja adoção no Brasil já estaria ocorrendo com um atraso considerável, tendo em vista mudanças já efetivadas e, portanto, superadas na Europa e nos Estados Unidos, o que se confirma, no *Memorial*, nesta passagem do dia 19 de abril 1988:

Lá se foi o barão com a alforria dos escravos na mala. Talvez tenha ouvido alguma cousa da resolução do governo; dizem que, abertas as câmaras, aparecerá um projeto de lei. Venha, que é tempo. Ainda me lembra do que lia lá fora, a nosso respeito, por ocasião da famosa proclamação de Lincoln: “Eu, Abraão Lincoln, presidente dos Estados Unidos da América...” Mais de um jornal fez alusão nominal ao Brasil, dizendo que restava agora que um povo cristão e último imitasse aquele e acabasse também com os seus escravos. Espero que hoje nos louvem. Ainda que tardiamente, é a liberdade, como queriam a sua os conjurados de Tiradentes. (ASSIS, 1959, p.1048)

Mesmo sendo inquestionável o “comprometimento” político e ético com a emancipação dos escravos aí expresso por Aires – o autor de *Memorial de Aires* foi inúmeras vezes alvo de interpretações equivocadas. É bem provável que, juntamente com o preconceito racial contra o escritor “mulato”, o “tédio à controvérsia”, a ironia, a ambigüidade (deliberada) nas tomadas de posição de narradores e personagens machadianos constituam a principal fonte dos equívocos. O fato é que tais interpretações acabaram fornecendo, a desafetos ou a críticos mal instrumentados, a arma de que necessitavam para desferir a acusação de “absenteísmo” que não deixa de comprometer, por quase um século, posições político-filosóficas de Machado de Assis.

Discriminação intelectual e racial

É bem conhecida a discriminação racial sofrida por Machado de Assis em seu próprio país: não foram poucos os críticos que – posto reconhecerem nele a mais alta expressão brasileira do homem de letras – o estigmatizaram como o bem sucedido “mulato da sub-raça americana”, a exemplo de Silvio Romero cujo intolerante julgamento de valor foi-lhe deixado como triste legado à fortuna crítica. A maior parte das razões levantadas por este para julgar a obra machadiana ampara-se em afiados critérios deterministas, aplicados no sentido de recensar falhas étnicas, psicológicas e fisiológicas do escritor. Na tomografia realizada na mente e nas avaliações de Romero, Salette de Almeida Cara prognostica um foco que “quer ver ‘o homem através do livro e a sociedade através do homem, quer estudar o escritor como “diferenciação e progresso, efeito do meio e do grupo social a que pertence” (CARA, 1992, p.16). De fato, Romero classifica Machado como “*um brasileiro de regra*, um nítido exemplar dessa sub-raça americana que constitui o tipo diferencial de nossa etnografia” (ROMERO, 1992, p.66-67). Quanto à obra, esta não desmentiria a fisiologia do autor, “nem o peculiar sainete psicológico originado daí” (ROMERO, 1992, p.66-67). Empregando semelhante diagnóstico como “livre” operador de leitura, o crítico extrapola para postular que epilepsia, gagueira, mestiçagem racial se teriam impregnado na dicção dos textos machadianos, como o confirma o recorte abaixo:

Vê-se que ele apalpa e tropeça, que sofre de uma perturbação qual-quer nos órgãos da palavra. Sente-se o esforço, a luta. [...] Machado de Assis repisa, repete, torce, retorce, tanto suas idéias e as palavras

que as vestem, que deixa-nos a impressão dum eterno tartamudear. Esse vezo, esse sestro, para muito espírito subserviente tomando por uma coisa conscientemente praticada, elevado a uma manifestação de graça e humor, é apenas, repito, o resultado de uma lacuna do romancista nos órgãos da fala. (ROMERO, 1992, p.122)

Contrapondo-se aos tropeços romerianos, Haroldo de Campos entende que, em Machado, o tartamudeio estilístico era uma forma voluntária de metalinguagem. Uma maneira dialógica (bakhtiniana) implícita de desdizer o dito no mesmo passo em que este se dizia. O ‘perpétuo tartamudear’ da “arte pobre” machadiana é, para Campos, uma forma de dizer o outro e de dizer outra coisa abrindo lacunas entre as reiterações do mesmo, do ‘igual’, por onde se insinua o distanciamento irônico da diferença (CAMPOS, 1992, p.221-222).

Além dos ataques de Romero, Machado de Assis recebeu, de outros críticos, acusação de plágio, absenteísmo e antinacionalismo, falhas oriundas, dentre outras razões, da omissão de cores locais a pintarem seus cenários, que, a partir do romantismo brasileiro, se tornaram um dos mais fortes emblemas de nacionalismo literário. Particularmente nessa falha, a razão será como, quase sempre, atribuída ao melancólico e envergonhado caráter mulato de Machado, o qual deveria culminar na reclusão e ensimesmamento do escritor. Exemplo eloquente dessa estigmatização encontra-se na segurança luso-tropical com que Gilberto Freyre, ao confrontar Alencar com o autor de “Instinto de nacionalidade”, parece esquecer seu próprio princípio de “democracia racial”, para identificar, em grosseiros critérios de gênese e etnia, a razão da ausência de “cor local” na obra de Machado.

Um Machado de Assis a fingir-se o tempo inteiro de branco fino: o tempo inteiro a bater janelas e a fechar portas contra toda a espécie de paisagem mais cruamente brasileira, fluminense e carioca em suas cores vivas; contra todo o arvoredo mais indiscretamente tropical que lhe recordasse sua meninice de rua e de morro, sua condição de filho de gente de cor, filho de família plebéia, de descendente de escravo negro. Nada de paisagem, nada de cor, nada de árvore, nada de sol (FREYRE apud BAPTISTA, 2003, p.33).

Em recente ensaio (Revista de Estudos Avançados da USP, O Negro no Brasil, São Paulo, abril/2004), Domicio Proença Filho discorre sobre a presença do negro na literatura brasileira e defende a importância de espaços literários e culturais serem ocupados por negros e seus descen-

dentes, aferindo que tais espaços, até hoje “timidamente freqüentados”, vêm sendo aos poucos ocupados, já com alguns resultados (PROENÇA FILHO, 2004, p.188). Retomando, a partir da literatura machadiana, antigas e discordantes considerações críticas sobre pares antinômicos como absenteísmo ou compromisso, mulatismo ou branqueamento, o ensaísta – posto ter concluído o texto com a feliz afirmativa de que “literatura não tem cor” – afirma que Machado ignorou a problemática do escravagismo, sob uma forma que vale a pena ser reproduzida:

De minha parte, entendo que a literatura machadiana é indiferente à problemática do negro e dos descendentes de negro, como ele (sic). Mesmo os dois contos que envolvem escravos, “O caso da vara” e “Pai contra mãe”, não se centralizam na questão étnica, mas no problema do egoísmo humano e da tibieza do caráter [...] O distanciamento se evidencia também no espaço da crônica. (PROENÇA FILHO, 2004, p.172)

O ensaísta não justifica satisfatoriamente a razão de serem os dois “contos” mencionados indiferentes à problemática do negro. Para, contudo, fundamentar a hipótese acerca da indiferença machadiana na “crônica”, ele exemplifica com os recortes abaixo, extraídos da crônica “Bons dias!”, de 19 de maio de 1888.

Eu pertenço a uma família de profetas *après coup, post factum*, depois do gato morto, ou como melhor nome tenha em holandês. Por isso digo, e juro se necessário for, que toda a história desta lei de 13 de maio estava por mim prevista, tanto que na segunda-feira, antes mesmo dos debates, tratei de alforriar um molecote que tinha, pessoa de seus dezoito anos, mais ou menos. Alforriá-lo era nada; entendi que, perdido por mil, perdido por mil e quinhentos, e dei um jantar. [...]

No golpe do meio (*coup du milieu*, mas eu prefiro falar a minha língua), levantei-me eu com a taça de champanha e declarei que acompanhando as idéias pregadas por Cristo, há dezoito séculos, restituía a liberdade ao meu escravo Pancrácio; que entendia que a nação inteira devia acompanhar as mesmas idéias e imitar o meu exemplo; finalmente, que a liberdade era um dom de Deus, que os homens não podiam roubar sem pecado. (ASSIS, 1992, p.489-90)

Chamou-nos a atenção a fato de ter o autor do ensaio desconsiderado uma das farpas mais sibilinas de Machado, desfechada contra um representante da classe senhorial que, na crônica em questão, “alforria” um escravo, comemorando o ato “libertário” com ban-

quete e champagne. Livre e sem alternativas, Pancrácio, o bom escravo, é instado a continuar com seu dono, que lhe acena com o pequeno ordenado de

uns seis mil-réis; mas é de grão em grão [diz-lhe o senhor] que a galinha enche o seu papo. Tu vales muito mais que uma galinha [...] daí pra cá, tenho-lhe despedido alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas, e chamo-lhe besta quando lhe não chamo filho do diabo; cousas todas que ele recebe humildemente, e (Deus me perdoe!) creio que até alegre.[...] O meu plano está feito; quero ser deputado, e, na circular que mandarei aos meus eleitores, direi que, antes, muito antes da abolição legal, já eu, em casa, na modéstia da família, libertava um escravo, ato que comoveu a toda a gente que dele teve notícia; que esse escravo tendo aprendido a ler, escrever e contar, (simples suposições) é então professor de filosofia no Rio das Cobras [...]. (ASSIS, 1992, p.490-91)

Relativismo da abolição

A despeito de não estar-se referindo diretamente à crônica supra citada, John Gledson, por seu turno, se debruça sobre o tema “abolição”, guardando o enfoque histórico-ficcional machadiano. Em consonância com Machado, Gledson denuncia o relativismo da abolição, pois, ainda que liberte os escravos, ela os liberta para um mercado de trabalho que lhes oferece salários miseráveis, contrata-os, mas os demite. Indaga ele se a liberdade, numa situação dessas, não estaria conduzindo a outra forma de submissão dos fracos aos fortes: “Machado, entre ironias e “pilhérias”, traz à atenção do leitor algo essencial. A abolição não é um movimento da escuridão para a luz, mas a simples passagem de um relacionamento econômico e social opressivo para outro” (GLEDSON, 2003, p.145).

Um dos contos mencionados no ensaio “O negro no Brasil” é “O caso da vara”, sobre cujo enredo faremos um breve resumo. Damião, um rapaz fugido do seminário, esconde-se na casa da amante do padrinho. Sinhá Rita é o nome da amante deste, uma costureira que guarda em casa “crias” negras que lhe produzem, com esmero e sem ônus algum, costuras e bordados para serem vendidos a ricas senhoras. O jovem fugitivo manipula Sinhá Rita, implorando-lhe que intervenha a seu favor junto ao padrinho para que este convença o compadre, pai de Damião a libertá-lo do seminário. Curiosa em acompanhar o imbróglio, a “negrinha” Lucrécia atrasa-se com o serviço, e é advertida por Sinhá

Rita de que, não terminando a tarefa do dia, será castigada. Tendo obtido a cumplicidade de Sinhá Rita, Damião promete apadrinhar Lucrecia caso necessário; todavia, quando ela está para ser surrada e lhe pede o prometido socorro, ele, que acabara de ser favorecido, sem despendar qualquer esforço, não só a abandona, mas também, para não perder seus próprios privilégios, faz-se cúmplice do castigo, ao entregar a vara a Sinhá Rita.

– Dê-me a vara, Sr. Damião!

Damião chegou a caminhar na direção da marquesa. A negrinha pediu-lhe então por tudo o que houvesse de mais sagrado, pela mãe, pelo pai, por Nosso Senhor...

– Me acuda, meu sinhô moço!

Sinhá Rita, com a cara em fogo e os olhos esbugalhados, instava pela vara, sem largar a negrinha, agora presa de um acesso de tosse. Damião sentiu-se compungido; mas ele precisava tanto sair do seminário! Chegou à marquesa, pegou na vara e entregou-a a Sinhá Rita. (ASSIS, 1974, p.582)

Como se pode verificar, o conto não trata apenas do “problema do egoísmo humano e da tibieza do caráter”, conforme defende o ensaio supra citado. É evidente que o rapaz, filho e respectivamente afilhado de senhores da classe senhorial, possui prerrogativas sócio-econômicas, existenciais e étnicas que a “negrinha” não possui, justamente porque é escrava e negra. Assim sendo, é de se constatar que o conto encerra uma indubitável denúncia à discriminação racial.

Nesse sentido, Octávio Ianni filia Machado de Assis a um “sistema literário que se configura na literatura negra”, por ele parcialmente endossada como “aquela desenvolvida por autor negro ou mulato que escreva sobre sua raça dentro do significado do que é negro, da cor negra, de forma assumida, discutindo os problemas que a concernem: religião, sociedade, racismo. Ele tem de se assumir como negro (SEMOG apud IANNI, 1988, p.32).

Descontado o excesso de adesão que não raramente tenta subordinar a arte em geral e a literatura em particular a programas políticos ou a engajamentos ideológicos, o próprio Ianni reconhece que, em muitos de nossos escritores “mulatos ou negros”, a exemplo de Machado de Assis e Cruz e Souza, o universo humano, social, cultural e artístico

nem sempre está explícito ou pleno, aparecendo em fragmentos, de forma recôndita ou sublimada. Nas palavras dele, “o tema da negritude ou negricia, estaria [em tais autores] implícito, subjacente, decantado” (IANNI, 1988, p.32).

Ficção e história

Com base em outros paradigmas, Sidney Chalhoub, historiador e crítico machadiano, chama por sua feita a atenção para o fato de que, em meados do séc. XIX, e ao menos até a crise que resultou na lei de 1871, “o Brasil imperial oferecia ao mundo o curioso espetáculo de um país no qual todos condenavam a escravidão, mas quase ninguém queria dar um passo para viver sem ela”.

Algo mudara, porém, ao longo dos anos de 1860, para dar à retórica habitual outro sentido. O Brasil tornara-se o último baluarte da escravidão no mundo ocidental: “Resta só o Brasil; resta o Brasil só”, declamou Pimenta Bueno, após relatar o processo mundial de emancipação dos escravos, desde as colônias britânicas na década de 1830 até as recentes «ondas de sangue» na América do Norte [...] Entre as potências coloniais européias, apenas a Espanha ainda mantinha escravos em suas colônias na América – Cuba e Porto Rico (CHALHOUB, 2003, p.141).

Examinada a correspondência entre ficção e história sob o enfoque machadiano, Chalhoub alerta que a ideologia de colonizadores e escravocratas brasileiros decorre de “interpretações correntes no manancial racista europeu, segundo as quais a miscigenação degenerava os povos”. Nesse sentido, havia políticos e intelectuais brasileiros “esperançosos de que o influxo de sangue europeu, ‘superior’, produzisse, ao contrário, o branqueamento gradual da população e, no futuro, a própria regeneração nacional” (CHALHOUB, 2003, p.122).

De fato, muito embora já houvesse antigas “teorias raciais”, elas só virão a ter substância e repercussão após as colonizações e os imperialismos. Em *História das colonizações*, Marc Ferro denuncia que elas foram aplicadas até na Europa continental, onde “a ideologia racista produziu um totalitarismo particular, legitimando o poder total de uma “elite”, de uma raça superior, sobre outros europeus, mas com argumentos semelhantes” (FERRO, 2002, p.42).

Contemporâneo de Machado de Assis, Joaquim Nabuco, um dos mais atuantes e respeitados abolicionistas de sua época, mostra, com conhecimento de causa, os reflexos dessa ideologia em países coloni-

zados e escravocratas como o Brasil: “A escravidão moderna repousa sobre uma base diversa da escravidão antiga: a cor preta. Ninguém pensa em reduzir homens brancos ao cativeiro: para este ficaram reservados tão somente os negros. Nós não somos um povo exclusivamente branco, e não devemos portanto admitir essa maldição pela cor” (NABUCO, p.09).

A “maldição da cor”, os turvos limites entre escravidão e liberdade em um cenário senhorial e paternalista, como os que dão suporte histórico e político ao problema da emancipação em inúmeros textos machadianos, são índices que enfatizam a reprodução dos laços de dependência pessoal, politizando eficazmente o drama do processo de emancipação dos escravos, então em evidência: “Escravidão e paternalismo, cativeiro e dependência pessoal, pareciam duas faces da mesma moeda” (CHALHOUB, 2003, p.135).

“Mariana”, conto de 1871 (ASSIS, 1974, p.771-783), trata, de forma exemplar, essa questão. Neste conto, trata-se de um narrador inescrupuloso, um dândi, que, à maneira eciana, tendo regressado da Europa depois de 15 anos de ausência, encontra-se na corte com antigos companheiros de boêmia, todos personagens senhoriais, sobre os quais “pesavam 15 anos de desilusão e cansaço”, diferentemente dele que “vinha tão moço como fora, não no rosto ou nos cabelos, que começavam a embranquecer, mas na alma e no coração que estavam em flor” (ASSIS, 1974, p.771). O narrador “retornado” de um mundo de viajantes e viagens, onde não há decepções possíveis, pois só “vê de passagem o lado belo da natureza humana e não ganha tempo de conhecer-lhe o lado feio”, convida dois antigos companheiros para um lauto almoço no hotel onde se hospeda. Entre alguns brindes, os três estróinas revelam intimidades, fazem intrigas e trocam pequenos segredos. Inescrupuloso, Coutinho confidencia, em tom de galhofa, que fora amado como nenhum outro homem, vangloriando-se especialmente da paixão letal que provocara em Mariana, escrava, “mulatinha”, cria da casa, quase irmã, que crescera junto a todos da família, como uma “filha”.

Uma espécie de *bord on line* da ideologia paternalista e das cínicas relações de dependência, Mariana, de acordo com as palavras do narrador do relato, era “escrava, é verdade, mas escrava quase senhora” que aprende como as quase-irmãs a bordar, as boas maneiras, até mesmo a ler e falar bem o francês (ASSIS, 1974, p.773). Inteligente,

bonita, quase branca, os pés notadamente pequenos e delicados, tinha todas as prerrogativas de “quase” irmã e, “não obstante receber de minha mãe os mesmos afagos que ela dispensava às outras filhas, não se sentava à mesa, nem vinha à sala em ocasião de visitas, eis a diferença; no mais era como se fosse pessoa livre, e até minhas irmãs tinham certa afeição fraternal”. Possuindo a inteligência da sua situação, Mariana não abusava dos cuidados com que era tratada, compreendendo bem que, “na situação em que se achava, só lhe restava pagar com muito reconhecimento a bondade de sua senhora” (ASSIS, 1974, p.773).

Na ocasião do trágico desenlace de Mariana, Coutinho é o herdeiro dos bens patrimoniais da família e noivo da prima Amélia, branca e rica como ele. Desesperadamente apaixonada pelo senhor branco, Mariana foge por duas vezes, na última das quais, descerra a máscara encobridora de sua efetiva condição, matando-se na frente do rapaz. Ainda que tentasse dissuadi-la do suicídio, enfatizando a estima que sua boa família lhe concede, ao mesmo tempo, Coutinho lhe lembra a condição de dependência, deixando entrever a impossibilidade de um homem em suas condições casar-se com uma dependente, mulata e escrava. O sofrimento e a humilhação não dão à “mulatinha” outra saída senão a morte, antes da qual ela culpa, por sua tragédia pessoal, não o patrãozinho, mas a natureza, ou seja, a maldição da cor, a escravidão e paternalismo, o cativeiro e dependência pessoal. “Nhonhô não tem culpa – a culpa é da natureza” (ASSIS, 1974, p.773), são as amargas e lúcidas palavras com que ela define a própria condição.

Afro-descendência abortada

Também emblemático no sentido de explicitar o tema do escravagismo e da discriminação racial, o conto “Pai contra mãe”, do livro *Relíquias da casa velha*, de 1906 (ASSIS, 1974, p.659-667), desenvolve uma dramática história de perseguição a uma escrava grávida. A despeito e por causa da alegoria do “era uma vez” de que se reveste a narrativa, cria-se uma inesperada inversão irônica que nos surpreende com a intestina crueldade do narrador e do protagonista do conto. Em correspondência com o título, negros insurgentes são massacrados por seus “senhores” brancos, que preferem tirar-lhes a vida a perder poder sobre eles. Terminado o conto, subsiste a imagem brutal de uma criança natimorta, frontal e inassimilável metáfora de afro-descendência abortada.

Sem recorrer a panfletarismo ou a concessões demagógicas, o Machado de Assis abolicionista, implícito neste conto, avulta como *ficcionista social*, que, sem eufemismo e de forma contundente, examina as cruéis relações de dominação que reificam homens negros, mercadoria escrava, um espúrio reflexo da ordem escravocrata ainda vigente no Brasil, sob as expensas de traficantes de escravos. Ao tematizar a sujeição da raça negra e da mãe escrava, o conto denuncia a reprodução e a legitimação desse sistema social cuja iniquidade tem como uma de suas mais perversas conseqüências, além da escravização de seres humanos, a destruição em larga escala de escravos e de sua descendência.

Em resumo, Cândido Neves, protagonista do conto “Pai contra mãe” torna-se, por falta de outra opção, caçador de escravos fujões. Casado, a mulher Clara grávida, as dívidas, o despejo e a posterior ameaça de perder, para a Roda dos enjeitados, o filho recém-nascido mostram uma gradativa degradação, que milagrosamente se reverte mediante a captura de uma escrava fugida e valiosa porque prestes a dar à luz um novo escravo. Das chibatadas exemplares, decorre o aborto, para desespero do dono, “porque perder dinheiro também dói”. Todavia, recuperado o próprio filho, Cândido Neves o beija “entre lágrimas, verdadeiras, abençoava a fuga e não se lhe dava do aborto”. Em seguida, reflete: “– Nem todas as crianças vingam, bateu-lhe o coração” (ASSIS, 1974, p.667).

De fato, nem todas as crianças vingam, sobretudo num contexto em que grande parte da população é social e economicamente excluída dos quadros hegemônicos. Nesse contexto, a sobrevivência fica na dependência da roda da fortuna ou da etnia que define a cor do indivíduo. Cândido Neves e a escrava fujona fazem ambos parte dessa porção marginalizada. O que dá prerrogativas, ainda que limitadas e execráveis, a Cândido Neves e a sua descendência branca em detrimento da criança abortada e sua mãe escrava, é a cor negra e a anomia desta e de sua descendência. Assim sendo, o filho dele pode vingar; o dela, não.

A descrição de instrumentos de controle e tortura dos escravos – revelando o funcionamento de alguns dos aparatos físicos e ideológicos empregados pelos “senhores” contra seus escravos – é detalhada com precisão naturalista. Um exemplo contundente é o ferro ao pescoço, descrito no conto como “uma coleira grossa, com a haste grossa também à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave”. Ironicamente, essa coleira era menos castigo do que estigma de reincidência.

Há meio século, os escravos fugiam com frequência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão. Sucedia ocasionalmente apanharem pancada, e nem todos gostavam de apanhar pancada. Grande parte era apenas repreendida; havia alguém de casa que servia de padrinho, e o mesmo dono não era mau; além disso, o sentimento da propriedade moderava a ação, porque dinheiro também dói. A fuga repetia-se, entretanto (ASSIS, 1974, p.659).

Porque incomum na poética machadiana, a imagem frontal da máscara de “folha-de-flandres”, desumano instrumento de tortura e silenciamento de escravos, nos servirá de chave para desocultar segredos tão bem guardados pelas construções alegóricas que muitas vezes sufocam as denúncias encerradas em poemas e narrativas a nós legados por escritores afro-descendentes. Explorando a ambigüidade, o emprego da metáfora machadiana sugere recalcamento e submissão e, noutra direção, desvelamento e denúncia, como se pode verificar na passagem irônica “Mas não cuidemos de máscaras”, que finaliza o trecho a seguir:

A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; também havia a máscara de folha-de-flandres [...]. Tinha só três buracos, dous para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado [...]. Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. [...] Mas não cuidemos de máscaras. (ASSIS, 1974, p.659)

“Mas não cuidemos de máscaras” é uma intestina denegação do narrador machadiano, no sentido de desferir um golpe no ventre da mal resolvida cordialidade racial brasileira, compelindo o leitor a assumir a perspectiva dos milhões de seres humanos que tiveram sufocada sua voz e abortada sua cultura, sua formação acadêmica, sua história pessoal e coletiva. Ou seja, não vamos mascarar o que mal pode ser encoberto. A perspectiva denunciadora dos contos mencionados lembra-nos Fanon a alertar para a necessidade de povos subordinados afirmarem suas tradições culturais nativas e assim recuperar suas histórias reprimidas. Mas é também com ele que pensamos no equívoco que incorremos quando nos atemos à fixidez ou ao fetichismo de identidades inteiras. Fanon alerta ainda para a armadilha dos “romanceiros celebratórios” do passado ou das etnias há muitos séculos reprimidas,

que encerram o risco de homogeneizar a história do presente (FANON apud BHABHA, 1998, p.29).

Uma alternativa mais consistente seria talvez a de dotar – não com encobrimentos, eufemismos ou máscaras, mas com suplementos – os silêncios, as lacunas, os interditos, enfim aquilo que, uma vez recalcado, ficou de fora, não se deixando simbolizar. No Brasil, em particular, há de se ter o cuidado para evitar armadilhas ou estereótipos como o “sincretismo” ou mesmo a “cordialidade racial” cuja pior consequência poderia ser a homogeneização e o edulcoramento dos conflitos e das diferenças que, postos na vala comum das igualdades sócio-raciais, acabam dissimulando os aparatos físicos, econômicos e ideológicos empregados no sentido de favorecer os donos do poder.

Na mesma direção que Fanon sugere ao crítico da cultura e/ou do pós-colonialismo que se empenhe em “apreender totalmente e assumir a responsabilidade pelos passados não ditos, não representados, que assombram o presente histórico” (BHABHA, 1998, p.29). Esse nos parece ser, num sentido amplo, um projeto político e estético que faz eco à enunciação de “Pai contra mãe”, conto onde Machado não economiza fel nem sarcasmo para denunciar a truculência contra escravos e sua descendência. Projeto a denunciar e prenunciar também a recorrência ao racismo que é uma das piores facetas da ideologia escravagista. Ainda que a alegoria machadiana seja atravessada pelo viés irônico, não é de todo impossível sentir o amargor do autor implícito a alertar o leitor para o perigo de apagamento da afro-descendência no Brasil, visto a ameaça de ser esta abortada desde sua gênese.

Machado e o cânone ocidental

Harold Bloom, crítico norte-americano que, a partir de seu *front*, sediado na Universidade de Yale, aposta no poder da literatura enquanto agente civilizacional, exercita contumaz combate a quaisquer apelos multiculturalistas, feministas, marxistas. Embasado neste e noutros critérios excludentes, ele considera a obra de Machado de Assis o avesso, e não a representação do mundo e da época machadiana. Desse modo, não consegue explicar o talento do escritor “afro-brasileiro” a não ser pela ocorrência de um “milagre”:

Machado de Assis é uma espécie de milagre, mais uma demonstração da autonomia do gênio literário, quanto a fatores como tempo e lugar, política e religião, e todo o tipo de contextualização que su-

postamente produz a determinação dos talentos humanos. Eu já havia lido e me apaixonado por sua obra, especialmente *Memórias póstumas de Brás Cubas*, antes de saber que Machado era mulato e neto de escravos, em um Brasil onde a escravidão só foi abolida em 1888, quando o escritor estava com quase 50 anos. (BLOOM, 2003, p.688)

A perplexidade de Bloom, frente ao “milagre” machadiano, nada mais é que uma variante *yankee* do eurocentrismo, ideologia hegemônica, cada vez mais anacrônica, depois do 11 de setembro do século XXI, tendo-se sobretudo em vista o *locus* a partir do qual o crítico norte-americano pronuncia seus julgamentos de valor. Tal perplexidade provavelmente decorre da inabilidade para julgar o “outro”, do desconhecimento ou desprezo pela heterogeneidade étnica e cultural. Em síntese, da cegueira autocêntrica, uma espécie de vilão a privilegiar, dentre outros critérios críticos adotados por Bloom (biografia, psicologismo, raça, etnia) para abordar seus eleitos. Má formação dessa natureza o compele a mensurar equivocadamente, pela cor da pele, a competência literária de escritores como Machado ou Alejo Carpentier e, como consequência, a cometer gafes que ele ingenuamente confessa:

Ao ler Alejo Carpentier, inicialmente, cometi o equívoco de presumir que fosse o que chamamos “negro”. Ao ler Machado de Assis, presumi, erroneamente, que fosse o que chamamos “branco” (mas o que E. M. Foster, com muita graça, chamava “rosa-cinza”). Carpentier, em *O reino deste mundo*, escreve a partir de uma perspectiva que hoje consideramos negra. Machado, em *Memórias Póstumas*, ironicamente, adota uma perspectiva luso-brasileira branca, bastante decadente. (BLOOM, 2003, p.688)

Não obstante a discriminação e os reducionismos, não deixamos de louvar a iniciativa bloomiana, frente ao fato de que hoje, por ser ele um *best seller*, está a figurar nos primeiros lugares da crítica literária universal. Dessa forma, sua magnânima iniciativa, ou seja, incluir Machado de Assis no panteão dos *gênios*, logrou um outro tipo de “milagre”, doutra forma inimaginável. Ou seja, ele acabou agenciando a circulação do nome do Bruxo do Cosme Velho, dentre os escritores de seu “cânone” ocidental, em inglês, o que é hoje sinônimo de assegurar prestígio e universalidade. Assim, ao fulgurar numa listagem de 100 escritores canônicos, obtém visibilidade, no seletivo mercado editorial dos *best sellers*, um escritor afro-descendente, de terceiro mundo, com obras (quase sempre primas) escritas em português, língua praticamente desconhecida no mundo ocidental.

Recentes recepções críticas de Machado no exterior

Ainda que tardia, a consagração de Machado de Assis no exterior começa a ganhar espessura, sobretudo a partir dos últimos decênios do século XX. Um exemplo de recepção crítica digna de nota é a de Susan Sontag que, confessando-se retrospectivamente influenciada por *Memórias póstumas de Brás Cubas*, elege este romance como o melhor de Machado e um dos melhores do mundo. Inconformada com o parco reconhecimento do escritor brasileiro pela literatura mundial, ela desconfia que a resposta para isso esteja na marginalização oriunda de noções etnocêntricas. Fosse Machado europeu, italiano, russo, ou mesmo português, estaria ocupando hoje o lugar que sua genialidade merece. Ela lastima ainda que, bem provavelmente por racismo e desdém hispanófono, Machado permaneceu quase desconhecido na América Latina, tendo apenas sido traduzido para o espanhol, na década de 1960, ou seja, 80 anos depois de escrito e uma década depois de traduzido duas vezes para o inglês. Identificadas, na originalidade, no ceticismo radical e na modernidade, as grandes qualidades do romance eleito, Sontag afirma:

Com tempo bastante, vida póstuma bastante, um grande livro termina por encontrar o seu lugar de justiça. E talvez alguns livros precisem ser redescobertos seguidas vezes. *Memórias póstumas de Brás Cubas* é pelo visto um desses livros arrebatadoramente originais, radicalmente céticos, que sempre impressionarão os leitores com a força de uma descoberta particular. É pouco provável que soe como um grande elogio dizer que esse romance, escrito há mais de um século atrás, parece, bem... moderno. (SONTAG, 2005, p.58-9)

É bem provável que recepções reverberantes como as de Sontag tenham influído no sucesso de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, um dos livros de Machado mais comentados no exterior. Embora tal razão possa parecer fútil, não deixa de ter sentido, considerando-se o acaso, doutra forma inimaginável, de terem as *Memórias póstumas* ido parar nas mãos do cineasta nova-iorquino Wood Allen; e de, ademais, receberem dele, em entrevista, este entusiástico comentário:

Há pouco tempo, li Machado de Assis. Achei que é um escritor excepcional. Uma amiga me deu um livro de Machado de Assis - *'Epitaph for a Small Winner'* (título da tradução para o inglês de *'Memórias Póstumas de Brás Cubas'*). Fiquei muito, muito im-

pressionado. Dei o livro a meus amigos. Porque Machado de Assis não é bem conhecido (...) Achei Machado de Assis excepcionalmente espirituoso, dono de uma perspectiva sofisticada e contemporânea, o que é incomum, já que o livro foi escrito há tantos anos. Fiquei muito surpreso. É muito sofisticado, divertido, irônico (...) li e gostei muito. (ALLEN, 2004, p.2)

Outro grande divulgador de modernidade e competência estético-histórica machadiana é Carlos Fuentes, escritor-crítico mexicano, que lastima o fato de a literatura hispano-americana não ter tido, no século XIX, um único escritor da estatura de Machado de Assis, o que só irá compensar-se no século XX com a obra de Jorge Luis Borges (FUENTES, 1999, p.9). Salienta ademais que se deveria atribuir, ao genial narrador de suas *Memórias póstumas de Brás Cubas*, a rescrita póstuma de quase toda uma tradição canônica, que este desconstrói para depois reconstruir, sob o conúbio da pena da galhofa com a tinta da melancolia. Endossando a atribuição de Fuentes, é inegável que Machado, em afinidade com seu defunto autor, soube satirizar, com seu incomensurável desdém dos finados, toda um intocável cânone literário, histórico, filosófico e político, dialogando com elegância e insubmissão com seus predecessores. Logrou assim inaugurar, junto com a aurora de nossa independência política, uma nova literária, inserindo-a na tradição ocidental e ao mesmo tempo dando-lhe a carta de alforria que a coloca em consonância com o espírito renovador e emancipador da modernidade.

ABSTRACT

In denouncing and foreseeing, in fiction, the focus on racism – one of the worst facets of the slave ideology – Machado de Assis calls attention to the danger of erasing African descendancy in Brazil, in view of the fact that African descendancy was threatened to be aborted at source.

KEY WORDS: slave ideology, racism, African descendancy.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Graça (Organização, introdução e notas). *Machado de Assis e Joaquim Nabuco: correspondência*. Rio de Janeiro: ABL; Topbooks, 2003.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. Crítica. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992.
- _____. Crônica. In: *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992.
- _____. Memórias póstumas de Brás Cubas ; Dom Casmurro; Esaú e Jacó; Memorial de Aires. In: *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1959.
- _____. O caso da vara. Mariana. Pai contra mãe. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1974.
- BAPTISTA, Abel Barros. *A formação do nome: duas interrogações sobre Machado de Assis*. Campinas: UNICAMP, 2003.
- BENJAMIN, Walter. *A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1975.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BLOOM, Harold. *Gênio: os 100 autores mais criativos da História da Literatura*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.
- _____. *O cânone ocidental: os livros e a escola do tempo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.
- CAMPOS, Haroldo de. *Metalinguagem e outras metas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- CARA, Salete de Almeida. Singularidade nas cousas literárias do Brasil. In: ROMERO, Sílvio. *Machado de Assis: Estudo comparativo de literatura brasileira*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1992.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- FANTINI, Marli. “Pai contra mãe”, de Machado de Assis: a negativa das negativas. In: *Revista Via Atlântica*, São Paulo, n. 6, p. 121-133, 2003.
- _____. Modernidade e emancipação em Machado de Assis. In: JUNIOR, Benjamin Abdala; CARA, Salete de Almeida. (Org.). *Moderno de nasença: figuras críticas do Brasil*. São Paulo, v. 1, p. 71-86, 2006.
- FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas às independências – séculos XII a II*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- FUENTES, Carlos. O milagre de Machado de Assis. Caderno Mais!. In: *Folha de São Paulo*. São Paulo, 21 nov, 1999.
- GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

IANNI, Octávio. Literatura e consciência. In: *Revista do Instituto de estudos Brasileiros*. São Paulo, USP/CNPq, nº 28, 1988.

JOBIM, José Luis (Org.). *A biblioteca de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2001.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. São Paulo: Publifolha, 2000.

PROENÇA FILHO, Domício. Dossiê O negro no Brasil. In: *Revista de Estudos avançados* da USP. São Paulo, n. 50, abril, 2004.

ROMERO, Sílvio. *Machado de Assis: estudo comparativo de literatura brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

SAID, Edward W. *Representações do intelectual*. São Paulo: Companhia da Letras, 2005.

SONTAG, Susan. *Questão de ênfase: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

NOTA

* Graças à bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq, o tema retratado neste trabalho vem, desde 2002, sendo pesquisado por mim, resultando em várias publicações, a exemplo de “Pai contra mãe: a negativa das negativas”. In: *Revista Via Atlântica*, São Paulo, FFLCH da USP, v.6, 2004; “Modernidade e emancipação em Machado de Assis”. In Benjamin Abdala Junior; Salette de Almeida Cara (Orgs.). *Moderno de nascença: figurações críticas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006; e o capítulo “A Afro-Descendência em Machado de Assis”, encaminhado em 2006, para DUARTE, Eduardo de Assis (Org.), *Antologia de escritores afro-descendentes* (no prelo).